



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Thayssa Liz Christo da Silva

MOEDAS SOCIAIS E A EXPERIÊNCIA DE MARICÁ NO COMBATE À
POBREZA E A DESIGUALDADE

Rio de Janeiro

2023

Thayssa Liz Christo da Silva

MOEDAS SOCIAIS E A EXPERIÊNCIA DE MARICÁ NO COMBATE À
POBREZA E A DESIGUALDADE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Economia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro
como exigência para obtenção do título de
Bacharela em Ciências Econômicas.

Orientador: Professor Dr. João Felipe Cury
Marinho Mathias

Rio de Janeiro

2023

CIP - Catalogação na Publicação

S586m Silva, Thayssa Liz Christo da
Moedas sociais e a experiência de Maricá no
combate à pobreza e a desigualdade / Thayssa Liz
Christo da Silva. -- Rio de Janeiro, 2023.
45 f.

Orientador: João Felipe Cury Marinho Mathias.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas, 2023.

1. Moedas sociais. 2. Maricá. 3. Mumbuca. 4.
Pobreza. 5. Desigualdade. I. Mathias, João Felipe
Cury Marinho, orient. II. Título.

THAYSSA LIZ CHRISTO DA SILVA

MOEDAS SOCIAIS E A EXPERIÊNCIA DE MARICÁ NO COMBATE À POBREZA E À
DESIGUALDADE

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Instituto de Economia da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como requisito
para a obtenção do título de Bacharela em
Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 19/04/2023.

JOÃO FELIPPE CURY MARINHO MATHIAS - Presidente

Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

ANA CAROLINA DA CRUZ LIMA

Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

FERNANDO CARLOS G DE CERQUEIRA LIMA

Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer minha família – meus pais, minha irmã, tios e tias, meus primos e avós – por estarem sempre comigo ao longo de todo o meu caminho, me incentivando, me apoiando e nunca me deixando desistir. Agradeço a vocês pelo valor que a educação tem na minha vida. Nunca chegaria onde cheguei sem todo o investimento feito em mim por vocês. Obrigada por acreditarem no meu potencial.

Quero agradecer também a minha terapeuta e aos meus amigos, que estiveram comigo nos momentos mais difíceis, também me apoiando, me alegrando e dando forças. Obrigada por ouvirem meus desabafos, compreender e me confortar. Obrigada por acreditarem que eu seria capaz.

Também um agradecimento especial às instituições que me formaram e me ensinaram tudo o que eu sei: Pio XII, Colégio Pedro II e UFRJ, que me geraram as oportunidades profissionais que me foram dadas até aqui e que também foram/são de enorme valor na minha formação, como o BNDES.

Obrigada ao meu orientador, Cury, por todo carinho, paciência e ensinamentos durante a graduação. Grande admiração pela pessoa e profissional que és!

RESUMO

A partir da Grande Depressão, em 1930, moedas sociais começaram a surgir ao redor do mundo por iniciativas populares como uma alternativa que complementasse o instável Sistema Monetário Tradicional, na tentativa de democratizar acesso a bens e serviços e reduzir pobreza, especialmente em meio a crises financeiras. Até 2020, no Brasil, mais de 100 moedas sociais circulavam no país. Dentre elas, um dos casos mais bem sucedidos do mundo em termos de gestão e alcance: a Mumbuca. O município de Maricá, no estado do Rio de Janeiro, desenvolveu uma moeda social que é exemplo para as cidades vizinhas, para cidades de outros estados brasileiros e até mesmo para outros países. Assim, este trabalho propõe, por meio de revisão bibliográfica, apresentar as motivações que levaram a adoção da Mumbuca em Maricá e o que faz desse projeto algo tão sólido, apresentando experiências de moedas sociais adotadas ao longo do tempo ao redor do mundo, suas motivações, estruturas, impactos e, com isso, o que torna a Mumbuca um caso diferenciado. É apresentado a estrutura, as reformulações e as dificuldades na implementação dessa moeda social em Maricá, com o objetivo de mostrar, qualitativamente, a partir de análise documental, o potencial e influência que a Mumbuca tem na redução da pobreza e da desigualdade no município.

Palavras-chave: Moedas sociais; Maricá; Mumbuca; pobreza; desigualdade

ABSTRACT

From the Great Depression, in 1930, social currencies began to emerge around the world through popular initiatives as an alternative that complemented the unstable Traditional Monetary System, in an attempt to democratize access to goods and services and reduce poverty, especially in the midst of financial crises. Until 2020, in Brazil, more than 100 social currencies circulated in the country. Among them, one of the most successful cases in the world in terms of management and scope: Mumbuca. The municipality of Maricá, in the state of Rio de Janeiro, developed a social currency that is an example for neighboring cities, for cities in other Brazilian states and even for other countries. Thus, this work proposes, through a bibliographic review, to present the motivations that led to the adoption of Mumbuca in Maricá and what makes this project so solid, presenting experiences of social currencies adopted over time around the world, their motivations, structures, impacts and, therefore, what makes Mumbuca a different case. The structure, reformulations and difficulties in implementing this social currency in Maricá are presented, with the aim of showing, qualitatively, based on documental analysis, the potential and influence that Mumbuca has in reducing poverty and inequality in the municipality.

Keywords: Social currencies; Maricá; Mumbuca; poverty; inequality

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCD – Banco Comunitário de Desenvolvimento

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

EUA – Estados Unidos da América

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

JFI - Jain Family Institute

LETS - Local Exchange Trade Systems

M\$ - Mumbuca

NU – Nu-Spaarpas

PAE - Programa de Amparo ao Emprego

PAT - Programa de Amparo ao Trabalhador

PMEPS - Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social

PT – Partido dos Trabalhadores

RBC - Renda Básica de Cidadania

RMM – Renda Mínima Mumbuca

SEL - Systèmes d'Echange Locaux

UFF – Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. MOEDAS	10
1.1 O SISTEMA MONETÁRIO E A MOEDA TRADICIONAL	10
1.2 MOEDAS SOCIAIS	12
1.2.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS	15
1.2.2 VANTAGENS E DESVANTAGENS.....	16
1.2.3 PAPEL DO SETOR PÚBLICO	18
2. MOEDAS SOCIAIS: EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS	20
2.1 LOCAL EXCHANGE TRADE SYSTEM (LETS).....	20
2.2 ITHACA HOURS	23
2.3 NU-SPAARPAS	24
3. MARICÁ E A MUMBUCA	27
3.1 MARICÁ E O BANCO MUMBUCA	27
3.2 A MUMBUCA: ESTRUTURA E DIFICULDADES INICIAIS	29
3.3 INFLUÊNCIA DA MUMBUCA PRÉ E PÓS-PANDEMIA NA POBREZA E DESIGUALDADE DE MARICÁ	33
CONCLUSÃO.....	40
REFERÊNCIAS	43

INTRODUÇÃO

Segundo a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, estimava-se que, em 2020, havia cerca de 103 moedas sociais em circulação só no Brasil.¹ Conforme será apresentado, as primeiras aparições de moedas sociais no mundo foram em tempos de recessão econômica do século XX, com um *boom* mais significativo na década de 1980.

Segundo Nunes (2001), essas moedas fazem parte de um projeto alternativo ao capitalismo e a constante busca por mercado e riqueza derivada desse sistema. São moedas de projetos cooperativos e de gestão participativa na economia, a chamada economia solidária.

Apesar disso, é também colocado que moedas sociais não são necessariamente algo inovador, pois assim como no modelo monetário tradicional capitalista, um sistema de moedas sociais também se configura como um sistema de trocas, e isso existe desde os tempos primitivos. O que há de diferente nestes casos é a incorporação da função social na moeda.

“A denominação ‘moeda social’ (ou ‘moeda social circulante local’) marca, então, a finalidade social do seu uso (mesmo que por via da promoção e do melhoramento econômico) em territórios empobrecidos ou em grupos que buscam alternativas para trocar, produzir ou consumir.” (Rigo, *et al.*, 2019, pág. 304)

No Brasil, um caso recente e marcante de incorporação de moeda social na economia local é em Maricá, um município do Estado do Rio de Janeiro, com a chamada Mumbuca. Muitos relatos de moradores, que serão apresentados no capítulo final deste trabalho, apontam para uma melhora na qualidade de vida após a adoção da moeda na cidade.

Apesar de a história mostrar o surgimento de centenas de moedas sociais ao redor do mundo, poucas delas foram de fato capazes de se sustentar a médio e longo prazo. Assim, buscando entender como Maricá consegue manter uma moeda social em circulação desde 2013, este trabalho apresenta, por meio de revisão bibliográfica, o que é uma moeda social, suas características gerais e principais; e as motivações para a sua adoção em nível local com base em suas vantagens e desvantagens. Em seguida, de forma

¹ <https://anafisco.org.br/moedas-sociais-saiba-como-funciona-a-economia-alternativa-no-brasil/>

breve, apresenta algumas moedas sociais adotadas ao redor do mundo. Por fim, busca-se fazer, mais adiante, uma análise qualitativa e documental mais específica da Mumbuca – adotada em Maricá - apontando seus diferenciais frente a outras experiências, e sua influência na vida da população beneficiada por essa política de renda básica pré e pós pandemia, reforçando o potencial, apontado pela literatura, que a Mumbuca tem na redução da pobreza e da desigualdade em Maricá.

O trabalho está estruturado, portanto, em três capítulos além da introdução e da conclusão. O primeiro capítulo explica a diferença entre as moedas tradicionais e as moedas sociais, abordando as características de cada e também as motivações, vantagens e desvantagens de se adotar uma moeda social. Já o segundo capítulo apresenta algumas experiências internacionais do uso de moeda social, apontando as motivações e as consequências da adoção de um sistema como este. Por fim, no terceiro e último capítulo o foco é em Maricá e na Mumbuca, buscando avaliar as motivações do uso da moeda no município, assim como sua influência sobre a pobreza e desigualdade local.

1. MOEDAS

Antes de aprofundar a discussão em torno das moedas sociais, é preciso falar primeiro sobre o que é a moeda, suas funções e sobre o Sistema Monetário Tradicional. Dessa forma, será possível entender o papel das moedas sociais nele e o porquê de não serem entendidas como uma alternativa a esse sistema, mas sim como algo complementar.

1.1 O SISTEMA MONETÁRIO E A MOEDA TRADICIONAL

Com base no capítulo 1 do livro-texto “Economia Monetária e Financeira: Teoria e Política”, dos autores Fernando J. Cardim de Carvalho, Francisco Eduardo Pires, João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e Rogério Studart, para que um objeto seja definido como moeda em uma economia capitalista é preciso que possua algumas características físicas e econômicas e que também cumpra pelo menos três funções principais: ser meio de troca, ser unidade de conta e ser reserva de valor. E:

“[...] o conjunto de instituições criadoras de meios de pagamento constitui o sistema bancário ou monetário de uma economia.”

(Cardim de Carvalho *et al.*, 2007, p. 1)

Antes da divisão do trabalho, as transações entre os indivíduos de uma sociedade econômica aconteciam através das chamadas trocas diretas, ou seja, aquelas em que uma transação é simultaneamente e necessariamente a venda de uma mercadoria e a compra de outra. No entanto, essas trocas só se mostram eficazes em economias em que os indivíduos são autossuficientes e produzem aquilo que consomem, precisando transacionar apenas um eventual excedente produtivo, reduzindo assim fortemente a necessidade de ocorrência de coincidências mútuas.

Em uma economia monetária moderna, no entanto, com divisão do trabalho e onde os indivíduos não são autossuficientes, o regime de trocas precisa ser e é indireto. Ou seja, as operações de compra são separadas das operações de venda por meio de um intermediário: a moeda. E assim ela cumpre sua função mais básica, a de ser meio de pagamento.

“A função de *intermediário de trocas* é uma função básica da moeda. Ao permitir que vendas e compras sejam feitas em datas diferentes, a moeda exerce a função de meio de pagamento. [...] é a função que elimina as fricções das transações comerciais que seriam marcantes em sociedades rudimentares.”

(Cardim de Carvalho *et al.*, 2007, p. 2)

Outra função importante que a moeda cumpre é a de ser unidade de conta. O atual processo produtivo, baseado na divisão do trabalho e, portanto, complexo, exige a existência de contratos entre os agentes econômicos. Esse instrumento possibilita que o processo produtivo seja coordenado, uma vez que nele é determinado todas as ações que envolvem a produção de uma mercadoria e/ou serviço, desde a data de entrega de insumos e folha de pagamento dos trabalhadores, a empréstimos bancários e valores a serem pagos pelos compradores.

Segundo Cardim de Carvalho *et al.* (2007), uma coisa é comum a todos os contratos, independente das partes: a unidade de medida monetária da economia. Sem uma unidade de conta para determinar os valores das obrigações, os contratos não poderiam existir, pois é por meio da moeda corrente que uma obrigação por contrato (ou mesmo à vista) é liquidada. Essencial evidenciar que:

“A função moeda-de-troca deriva da função moeda-de-conta. A existência da moeda-de-troca é requerida porque se atribuem a todas as mercadorias, serviços e ativos de uma economia valores na forma de moeda-de-conta. [...] Assim a moeda é aceita, em geral, por todos em todas as transações.”

(Cardim de Carvalho *et al.*, 2007, p. 3)

Os autores também apresentam que a moeda enquanto unidade de conta expressa que os valores acordados para um pagamento futuro nos contratos representam, de forma aproximada, a mesma capacidade de compra no presente. Por isso, a moeda deve ser estável, adquirindo também a função de reserva de valor, em que permite aos agentes a escolha/direito de reter seu poder de compra no presente para usá-lo no futuro, sem perda de valor da moeda – o que não aconteceria em uma economia hiper inflacionária, por exemplo.

Como mencionado, para que essas três funções citadas acima sejam cumpridas, é preciso que a moeda tenha também certas características econômicas e físicas, mas não necessariamente ter essas características garantirão o exercício dessas funções.

Dos atributos econômicos, é preciso que o objeto a ser moeda corrente tenha custos de estocagem e de transação próximos de zero, ou seja, reter e transportar a moeda devem ter custos desprezíveis, o que não acontece quando se usa alimentos como meio de pagamento, por exemplo.

E das características físicas, deve ser (i) divisível, isto é, as operações com a moeda devem poder ser fracionadas sem custo adicional; (ii) durável: não pode perder suas características físicas ao longo do tempo, para não perder credibilidade e nem onerar o último receptor; (iii) de difícil falsificação, ou seja, não permitir facilmente que seja replicada indevidamente; e (iv) manuseável e transportável, logo, com baixo ou nulo custo de transação.

Explicado o que faz um objeto ser entendido como moeda, é importante determinar então o que são as moedas sociais e o que as diferem da moeda corrente.

1.2 MOEDAS SOCIAIS

O termo “Moeda Social”, segundo Elena Cardona (2021), parece ter surgido primeiro por volta de 1999, na Argentina, mas seu conceito fora introduzido inicialmente na Europa, motivado pela intenção de equilibrar valores monetários com valores sociais tais como igualdade, cooperação e confiança.

O Sistema Monetário Tradicional, pós-industrialização, deu origem a inúmeras crises financeiras ao longo dos anos e, por isso, opções alternativas que pudessem proporcionar maior segurança precisaram ser consideradas em meio a elas para promover a inclusão econômica dos grupos que eram constantemente mais afetados pelas crises. A moeda social é uma dessas alternativas, tanto que Cardona (2021) aponta que, dentro dos últimos séculos, como é entendida hoje, ela teria surgido na época de uma das maiores crises econômicas da história, a Grande Depressão, nos anos de 1930. Ou seja, apareceram como uma tentativa de democratizar o acesso à bens e serviços, promover inclusão social e combater a pobreza.

“A denominação ‘moeda social’ (ou ‘moeda social circulante local’) marca, então, a finalidade social do seu uso (mesmo que por via da promoção e do melhoramento econômico) em territórios empobrecidos ou em grupos que buscam alternativas para trocar, produzir ou consumir.” (Rigo, *et al.*, 2019, pág. 304)

No entanto, as moedas sociais não significaram e não significam uma substituição da moeda tradicional, mas sim, cumpre papéis sociais que aquela não é capaz de prover, especialmente em momentos de crises. Com base nas características das moedas sociais – que serão apresentadas mais à frente -, será possível ver que ela não cumpre todos as funções que uma moeda deve cumprir para ser aceita como tal, reforçando assim seu papel de complementação e não alternativo ao sistema vigente.

“This currency is used to provide liquidity when the current currency cannot do so.”

(Cardona, 2021, pág. 8)

Entende-se assim que as críticas à fragilidade do Sistema Monetário-Financeiro Convencional capitalista foi uma das principais razões para a criação de um Sistema Financeiro de Moedas Sociais.

Lietaer (2000, *apud* Búrigo, 2001) apresenta algumas tentativas de introdução de moedas complementares durante a década de 1930 – durante a Grande Depressão -, mas que foram destituídas pelo governo sob alegação de que essas iniciativas ameaçavam uma política de centralização e enfraqueciam o poder federal. Um desses exemplos ocorreu na Alemanha em 1930:

“O ano de 1930, em Schwanenkirchen na região da Baviera (Alemanha), um proprietário de uma mina de carvão endividado propôs pagar seus empregados com um bônus chamado de "Wära" (Wäre significava mercado) (Laacher, 2000). Porém, esse bônus perdia seu valor ao longo do tempo, o que obrigava o seu portador a utilizá-lo imediatamente. Os comerciantes acabaram aceitando tais bônus dos trabalhadores, devido à carência de Marcos (moeda oficial) na cidade. Com o bônus nas mãos, os comerciantes começaram a convencer os seus fornecedores a aceitá-los, fazendo crescer rapidamente o espaço de circulação do Wära. Em 1931, quando cerca de 2000 empresas já participavam do circuito, o Banco Central alemão interditou o sistema, alegando o seu monopólio na emissão de moeda (Lietaer, 2000).”

(Búrigo, 2001, s/d)

Tentativas parecidas aconteceram também na Áustria e posteriormente buscou-se levar para todo o território dos Estados Unidos. Mas é importante frisar que em nenhum momento os autores já mencionados neste trabalho utilizam-se do termo “moeda social” para se referir a essas experiências.

Sendo assim, a literatura de Blanc (2011) define que os primeiros sistemas (gerações) de moedas sociais teriam surgido em pequenas comunidades no Canadá com o modelo denominado de LETS (Local Exchange Trade Systems) nos anos 1980, e que foi uma experiência que também não contou inicialmente com apoio do governo local. E, segundo Cardona (2021), esse modelo teria se espalhado em seguida pela Europa e pela Austrália e representava um sistema de crédito mútuo para prestação de serviços entre membros de uma rede.

Mais tarde, por volta dos anos 1990, chegava nas Américas o Ithaca Hours, uma derivação do LETS, que ganhou mais impulso a partir de experiências alemãs e brasileiras com bancos comunitários como Banco Palmas, em Fortaleza. Essas já foram iniciativas mais próximas dos governos e instituições locais.

“O propósito dessa geração de moedas é causar um grande impacto na economia, englobando territorialmente produtores e comerciantes e, em alguns casos, promovendo os microempreendimentos por meio de linhas de microcrédito.”

(Rodrigues e Neumann, 2021, p. 21-22)

Além disso, Blanc (2011) explora ainda outra geração de moedas, iniciadas nos anos 2000, que passam a incorporar também preocupações ambientais, requisitando projetos de engenharia e tecnologia mais complexos, ou seja, necessitava de complexas parcerias envolvendo governos locais, atores econômicos e organizações nacionais e continentais.

Algumas terminologias surgiram como variações do termo “moeda social” em função do nível de dependência dessa moeda com a oficial em circulação no país. Segundo Blanc (2011), sob uma visão mais restritiva, não há uma tipologia comum adotada por estudiosos do assunto, mas expressões como “moeda local”, “moeda comunitária” e “moeda complementar” foram usadas a partir da década de 1980 e representam ideais diferentes a depender do projeto e objetivo por trás da adoção da moeda social.

A partir disso, o autor define três projetos que, respectivamente, distinguem a classificação dessas moedas: o projeto territorial, com foco principal no espaço geopolítico (moeda local); o projeto comunitário, focado em uma comunidade preexistente ou que foi criada a partir da moeda (moeda comunitária); e o projeto econômico, centrado na produção e no mercado de trocas (moeda complementar).

As moedas locais buscam afetar as relações monetárias de um espaço geopoliticamente definido, enfatizando o papel dos atores e atividades locais nesse esquema monetário e o desejo de desenvolvimento local. No caso das moedas comunitárias, o objetivo maior é a produção de bem-estar, empoderamento, autonomia e mudança social. Reciprocidade é o que orienta esse esquema e não tem objetivos territoriais ou econômicos. E, por fim, as moedas complementares representam um esquema que busca um propósito econômico, com atores e atividades que se organizam pelo princípio do mercado, no entanto, não significando necessariamente a busca pelo lucro, uma vez que também pode ser implementado por instituições sem fins lucrativos. Há o propósito de influenciar o conjunto das atividades econômicas visando sua proteção, sua estimulação e a reorientação da economia. Esse esquema está à parte de questões comunitárias ou territoriais. (Blanc, 2011)

No próximo capítulo, serão explorados exemplos de experiências internacionais de moeda social que poderiam ser classificadas segundo cada um desses projetos – territorial, comunitário e econômico – de Blanc; e exemplos das gerações de moedas mencionadas anteriormente.

1.2.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

Uma das características mais definidoras de uma moeda social é que seu uso é restrito territorialmente. Ou seja, elas são fundamentalmente criadas para uso dentro de um determinado território, geralmente pequeno, onde foram ou serão implementadas. Isso porque uma das motivações iniciais para a criação dessas moedas é a de agregar nas comunidades valores como cooperação, solidariedade e confiança, que podem ser facilmente perdidos em comunidades maiores.

“[...] social currencies are often created by groups with a small territory, such as a village or a neighborhood, as social currencies in a large group would make trust weaker or even non-existent.”

(Cardona, 2021, pág. 10)

Dessa forma, é fácil notar que a moeda social não exerce função de unidade de conta fora de seu território de criação, uma vez que os agentes econômicos de outras comunidades não a aceitam como meio de pagamento, seja através de contratos ou à vista. Ou seja, ela não é aceita por todos em todas as transações.

Isso é o que permite que ela tenha uma outra importante característica: a de promover bem-estar social e financeiro onde são implementadas, uma vez que estimulam seus usuários a consumir a produção de produtores locais – incentivados a aceitar a moeda social como meio de pagamento - ao invés de usarem a moeda tradicional em mercados de fora, fazendo o dinheiro circular dentro daquela mesma comunidade, o que fortalece o efeito multiplicador e favorece o processo interno de desenvolvimento.

Outra característica relevante apontada na tese de Cardona (2021) é que moedas sociais são ferramentas e não têm valor monetário, seu valor está tão somente em seu uso para troca por bens e serviços. Dito isso, não existe sentido em entesourá-la. Reyes (2023) explica que a moeda social perde valor ao longo do tempo pelo fenômeno da “oxidação”, ou seja, qualquer acúmulo da moeda por um indivíduo é penalizado, como com uma desvalorização. Desse modo, ela também não pode cumprir função de reserva de valor.

“[...] it is not intended to accumulate or possess them. If a large sum of local currency is accumulated, it makes no sense since it has no monetary value, it only has value when it is used for the exchange of goods and services. This helps to benefit the most economically sensitive groups.”

(Cardona, 2021, pág. 9)

Importante destacar que, além disso, segundo Silva e Pereira (2023), moedas sociais se diferem de outros instrumentos comerciais de troca, tais como cupons ou vales, pois não se limitam a apenas uma transação e garantem liberdade de escolha a respeito de qual cesta de bens e serviços será consumida.

Por fim, assim como as tradicionais, moedas sociais podem ser físicas - em papel ou cartão, produtos (como se foi feito muitas vezes ao longo da história, especialmente em situações extremas) -; ou digitais. Nesse último caso, existe a necessidade da criação de uma plataforma eletrônica para seu uso, o que, como, mostrado no próximo tópico, pode ser entendido como uma das desvantagens em sua adoção dado que nem todo mundo tem acesso ou habilidade com serviços digitais.

1.2.2 VANTAGENS E DESVANTAGENS

Cardona (2021) apresenta também um compilado de vantagens e desvantagens de se ter um Sistema de Moedas Sociais com base em Jesús Bellido, “Social currencies: new

challenges for local economy” (Bellido, 2020); (Hirota, 2019) “Ventajas e inconvenientes del uso de las monedas sociales y complementarias (MSCs): ¿Qué tipo de valores se ofrecen?” (2019); e Wolters Kluwer (2020). São elas:

Quadro 1 - Vantagens e Desvantagens na adoção de Moeda Social

VANTAGENS	DESVANTAGENS
Promove a economia local	Tem nº limitado de usuários
Evita marginalização e degradação da comunidade	Só tem uso local
Melhora o relacionamento entre as pessoas	Se digital, é preciso o desenvolvimento/uso de aplicativos
Gera mais participação da sociedade	Limita importação de produtos e serviços
Consolida a identidade local	Dificuldades no desenvolvimento de um sistema
Evita bolha econômica, assim como inflação ou deflação	Poucas estratégias de marketing
Reduz preço dos transportes de produto	Comissão aos participantes
Melhora a imagem de mercados locais	
É livre de distúrbios externos	

Fonte: Cardona (2021).

Dentre as vantagens e desvantagens mostradas acima, importante destacar algumas e relacioná-las. A moeda social é criada para ser usada dentro de um território delimitado, pela comunidade local, com o propósito principal de estimular produção e consumo interno e gerar riqueza dentro da comunidade.

Por um lado, ao mesmo tempo que isso inflama um senso de identidade na população pela moeda muitas vezes ser vista como uma marca daquela comunidade, por outro lado, também mostra uma limitação desse sistema, justamente por ser feito para um número restrito de usuários. E, como dito anteriormente, isso as impede se serem aceitas por todos os agentes da economia em todas as transações, ou seja, não são unidade de conta. Esse fato juntamente com a ausência de valor monetário - portanto, não execução da função de reserva de valor - são capazes de explicar o porquê de moedas sociais serem complementares à moeda corrente e não uma alternativa ao sistema monetário tradicional.

“For this reason, social money is used in a complementary way to the national currency and not as the only alternative.”

(Cardona, 2021, pág. 20)

Dada uma preferência dos consumidores - especialmente aqueles com senso de comunidade e de consumo mais consciente - em adquirirem produtos ofertados pelos mercados que aceitam a moeda social, isso ajuda a promover a economia local e a manter a riqueza da comunidade dentro dela mesma, além de influenciar também na melhora da

imagem desses mercados locais frente aos grandes mercados, tornando, assim, mais ativa e presente a participação da comunidade ofertante desses bens e serviços.

Ademais, como já exposto, moedas sociais não são acumuláveis e sua quantidade varia de acordo com o número de pessoas que a utilizam, o que evita casos de inflação/deflação. E, por serem produções locais, não há gastos grandes com o transporte dos bens, o que também influencia no preço final. Por outro lado, segundo Hirota (2019, *apud* Cardona, 2021), há uma limitação de importação de bens e serviços, pois alguns negócios locais podem não ter capacidade de pagar fornecedores, limitando também os produtos em circulação e desencorajando esses mercados em usar e/ou aceitar a moeda social.

“The limited products and services and the inability to pay some suppliers means that some local businesses are discouraged from accepting and using social money.”

(Hirota (2019) *apud* Cardona (2021), pág. 20)

Outro ponto de desvantagem apresentado por Hirota (2019, *apud* Cardona, 2021) na tabela acima é que a população, para manter uma moeda social em circulação, deve pagar alguma taxa – imposto -, ou receber doações ou subsídios. Isso pode causar resistência na adoção de um sistema monetário complementar como este.

Mas o fato é que a criação da moeda social é um processo e como todo processo, deve ser feito em etapas, compatibilizando as necessidades da localidade onde ela será adotada com seus recursos disponíveis, sejam esses financeiros ou não. Para Cardona (2021), primeiramente, é necessário estabelecer o objetivo para o uso da moeda social. Em seguida, define-se a moeda propriamente a ser adotada e logo depois determina-se o time de especialistas que irá definir o mecanismo e o sistema de circulação da moeda escolhida, que, segundo Blanc (2011), pode ser o governo ou organizações servidoras do Estado, com base em motivações políticas; podem ser também empresas capitalistas, visando o lucro; ou até mesmo organizações sem fins lucrativos, por um motivo civil-democrático.

1.2.3 PAPEL DO SETOR PÚBLICO

Como mencionado anteriormente uma das principais razões para o surgimento de um sistema de moedas sociais é que o Sistema Monetário Tradicional não é apropriado

para a construção de uma economia que seja saudável e sustentável no médio e longo prazo.

Esse fato também sustenta um apoio do setor público a essa alternativa complementar. Dessa forma, Hirota (2012, *apud* Cardona, 2021) mencionam algumas ações que o governo pode ter a fim de promover moedas sociais: o setor não precisa ser diretamente responsável pela implementação da moeda, mas precisa preparar estudos que provem a eficiência da política na comunidade; precisa dar suporte técnico e financeiro; e reconhecer publicamente a moeda estabelecida, promovendo eventos para sua divulgação que ampliem a confiança e o conhecimento dos beneficiários na política.

2. MOEDAS SOCIAIS: EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Antes de aprofundar, no próximo capítulo, a experiência da moeda social em Maricá e entender como essa política, considerada na literatura e por Lei como uma política de Renda Básica de Cidadania (RBC), afetou o município e a população local, é importante passar pelas experiências de regiões internacionais que adotaram uma moeda social.

Assim, este capítulo busca apresentar exemplos internacionais de moedas sociais que poderiam ser classificadas segundo as gerações e cada um dos projetos – territorial, comunitário e econômico – de Blanc mencionados no capítulo anterior.

Como apresentado, o primeiro modelo/sistema conhecido de moedas sociais foi o Local Exchange Trade Systems, o chamado LETS e surgiu no Canadá nos anos 1980.

2.1 LOCAL EXCHANGE TRADE SYSTEM (LETS)

O núcleo LETS surgiu em uma vila de Vancouver, no Canadá, nos anos 1983. Segundo Búrigo (2001), o analista de sistemas, Michael Linton, colocou esse “clube de troca”² em vigor após uma crise na indústria madeireira e da transferência de uma base aérea norte-americana para outra região, originando uma recessão econômica e a perda de poder de compra da população. Ou seja, esse modelo, assim como diversas outras moedas sociais, surgiu diante de uma crise econômica.

Segundo Nunes (2001), com a queda de empregos e poder aquisitivo na região, buscou-se a criação de um novo sistema de trocas que pudesse ser capaz de reaver os níveis anteriores de qualidade de vida e poder de compra da população.

Os LETS são um clube de troca que operam com moeda própria (impressa ou virtual) ou mesmo por meio de créditos locais. Há diversas variações operacionais a depender do clube, mas que funcionam sob regras, como por exemplo: (i) não se obtêm

² “Os clubes de trocas são experiências que geralmente usam moedas complementares. Caracterizam-se como grupos pertencentes a uma comunidade que se reúnem para promoverem as trocas de produtos, serviços e saberes entre seus membros. Cada clube se organiza e constrói uma metodologia adequada a sua realidade, definindo, por exemplo, os períodos de reuniões, formas e os instrumentos para mediar as trocas.” (Rigo, *et al.*, 2019, pág. 307).

ganhos de juros por meio das transações; (ii) as trocas são feitas entre duas partes; (iii) as contas de cada integrante dos grupos são de domínio de todos (Búrigo, 2001).

Além disso, Singer (1999, *apud* Búrigo, 2001, pág. n/d) enfatiza que há dois tipos desse núcleo:

“[...] os que enfatizam o papel econômico dos intercâmbios, promovendo o máximo crescimento dos clubes através do envolvimento com empresas dispostas a comercializar seus produtos via moeda comunitária, e os que priorizam seu papel social, procurando criar mercados comunitários em que participam apenas os produtores autônomos locais. Esses últimos preocupam-se em estimular as práticas solidárias e evitar as tendências concentradoras dos mercados ‘puros’”.

Ou seja, nos termos de Blanc (2011), o primeiro tipo pode ser considerado um projeto econômico, em que o foco principal é de propósito econômico, com atores e atividades que se organizam pelo princípio do mercado. Já o segundo tipo, que prioriza o papel social da moeda pode ser classificado como um projeto comunitário, que tem a reciprocidade e senso de comunidade como princípios orientadores.

Para Laacher (2000, *apud* Búrigo, 2001), muitos dos grupos LETS que surgiram na década de 1980 acabaram por não vingar por falta de confiança entre os membros. Apesar disso, o modelo se espalhou para outras regiões do mundo, chegando a países como Austrália e Reino Unido – com algum apoio do governo local –; Nova Zelândia e França.

No caso da França, o sistema ganhou o nome de SEL (Systèmes d’Echange Locaux) e surgiu em 1994. Segundo Búrigo (2001), suas trocas aconteciam por meio de um bônus intrasferível, que permitia aos membros dos grupos a compra de bens e serviços existentes em um catálogo estabelecido pelo próprio grupo. Rigo *et al.* (2019) apontam que sua principal diferença para o sistema LETS é o uso majoritário de moedas virtuais.

Laacher (2000, *apud* Búrigo, 2001) argumenta que o sistema francês tinha a pretensão de ser universal, integrador e ainda mais preocupado com a inserção local, criando entre seus membros um ambiente de confiança, solidariedade e reciprocidade. Os SEL não utilizam os serviços financeiros clássicos, numa tentativa de combater o poder e controle que esses sistemas têm na sociedade e na economia, e de promover maior inclusão social.

“[...] os SEL procuram estabelecer uma ruptura com o mercado existente, criando uma espécie de circuito próprio de comercialização, que funciona em forma de rede. Visa também restabelecer a confiança como valor essencial e permitir que as pessoas tenham acesso as trocas independentemente de seu status social. Com isso, os SEL pretendem obrigar o Estado a refletir sobre os limites do padrão econômico atual, na área da produção, avaliação e redistribuição das riquezas.”

(Laacher 2000, *apud* Búrigo, 2001, n/d)

Segundo Douthwaite (1996, *apud* Seyfang, 2006), os impactos locais do LETS são evidentes. O sistema foi criado justamente como resposta à crise global, como uma tentativa de fornecer um meio de troca para que a comunidade negociasse entre si, dentro de seu território, aumentando o multiplicador local. Também é possível dizer que, além de um impacto significativo para os membros - como novas oportunidades de emprego e aprendizagem de novas habilidades -, existe a ocorrência de atividades econômicas locais que não aconteceriam em outro contexto.

Um outro impacto do LETS apresentado por Seyfang (2001, *apud* Seyfang 2006) é a redução da pegada ecológica dos indivíduos. Isso aconteceria pelo incentivo ao consumo de produtos de fornecedores locais, o que reduz custos de transportes internacionais e atividades correlatas. Há também o incentivo à reciclagem de mercadorias, pois os membros encontram um mercado voltado para os itens que não desejam mais.

Seyfang (2001, *apud* Seyfang 2006) aponta também que o impacto social e de “*community-building*” desse sistema é muito claro. Ele é construído desde a base com a pretensão de formar comunidade, o que gera amizade, aumenta a confiança entre os membros, ou seja, estreita as relações sociais locais. Além disso, é também um sistema socialmente inclusivo ao oferecer créditos sem juros para grupos mais vulneráveis financeiramente.

Apesar do potencial, em termos econômicos, o LETS manteve-se pequeno por questões tanto internas quanto externas. Seyfang (2001, *apud* Seyfang 2006) aponta alguns fatores que limitaram seu crescimento, como por exemplo a tendência a operação em “nichos verdes”, atraindo pessoas que concordam com o princípio – mas com participação comprometida -, e excluindo indiretamente outras; além de regulamentos do

governo que impediam que os beneficiários do LETS contassem com os ganhos do sistema como algo equivalente a uma renda.

2.2 ITHACA HOURS

Como apresentado no capítulo anterior, Cardona (2021) define um processo estrutural para implementação de um sistema de moedas sociais. No caso da Ithaca Hours, seu desenvolvedor e implementador foi Paul Glover. A moeda entrou em circulação em Ithaca, Nova York, nos Estados Unidos (EUA) no ano de 1991 e foi uma das moedas sociais com maior tempo em circulação, além de ter inspirado outros sistemas ao redor dos EUA e do mundo. As “hours” eram impressas em papel de alta qualidade e possuíam números de séries para dificultar sua falsificação.

Figura 1 - Ithaca Hours



Segundo Glover (1997), a principal motivação/objetivo para a criação dessa moeda foi entender que os dólares federais entravam na cidade, mas não permaneciam. Ao invés, saíam até mesmo para financiar guerras. Além disso, os dólares deixavam a cidade cada vez mais dependente dos bancos e corporações multinacionais, enquanto a moeda social criada reforçava e expandia o comércio comunitário. Assim, as “hours”, nos projetos de Blanc (2011) mencionadas no capítulo 1, poderiam ser classificadas como uma moeda local, de projeto territorial ou mesmo econômico.

O método para gerar aceitabilidade da moeda na região por empresas e comércios locais era pagar uma ou duas “*hours*” – correspondentes a US\$10 e US\$20, respectivamente - para que esses agentes se inscrevessem na lista da *Newsletter* “*Hour Town*”, tornando-os, assim, adeptos da Ithaca Hours como forma de pagamento por seus bens e serviços. Em pouco tempo já havia mais de 300 estabelecimentos inscritos na lista.

Os beneficiários conseguiam pagar com a moeda pelos bens e serviços dos comércios da cidade listados na *Newsletter*, a qual incluía restaurantes locais; cinemas; mercados; serviços de reparos de carros e casas, etc. Além disso, com a moeda era possível também pagar hipotecas, taxas de empréstimo e até mesmo aluguel.

A Ithaca Hour não era conversível em moeda corrente, sua conversibilidade se dava por horas trabalhadas, ou seja, uma Ithaca Hour correspondia a US\$10, que era o valor médio do trabalho/hora. Desse modo, os trabalhadores não poderiam receber menos do que uma Ithaca Hour por hora trabalhada. Esse sistema, elevava salários mais baixos sem reduzir salários mais altos.

“Neste sistema, a moeda é indexada em horas de serviço e um banco de horas controla os débitos e créditos dos participantes independentemente do tipo de serviço prestado.”

(Rigo, *et al.*, 2019, pág. 306)

Um exemplo dado por Glover (1997) é que os agricultores orgânicos locais pagavam esses US\$10 por hora trabalhada – considerado um dos maiores salários agrícolas do mundo na época – e tinham retorno da comunidade, que consumia a agricultura local e não de mercados externos.

Algumas razões explicam seu desuso. Dentre elas, tem-se a maior adesão da população à meios eletrônicos de pagamento, como cartões de crédito e débito, tornando obsoleto o uso do papel-moeda. Outro fator importante foi que o criador do sistema, Paul Glover, se mudou daquela comunidade, deixando de atuar ativa e diretamente na coordenação da circulação dessa moeda, enfraquecendo-a.

2.3 NU-SPAARPAS

Como mencionado anteriormente, Blanc (2011) explora uma geração de moedas iniciadas nos anos 2000, que passam a incorporar preocupações ambientais, requisitando

projetos de engenharia e tecnologia mais complexos. Um exemplo desta geração é a Nu-Spaarpas (NU), oriunda de Rotterdam, nos Países Baixos e que teve seu projeto piloto iniciado em maio de 2002. Essa iniciativa foi uma parceria entre o governo local, empresas locais e ONGs.

Diferentemente da “Ithaca Hours”, a NU não é papel-moeda, mas sim um cartão eletrônico, que vai pontuar os usuários de acordo com seu consumo, num claro propósito de mudança comportamental, dando bônus de fidelidade ou *green loyalty points* - como dito por Seyfang (2006) - por compras em mercados locais e/ou ecologicamente corretas. Nesse sentido, de acordo com as definições de Blanc (2011), pode-se classificar a NU como uma moeda comunitária - projeto comunitário –, em que o objetivo maior é a produção de bem-estar, empoderamento, autonomia e mudança social.

“O cartão NU funciona como um cartão eletrônico de fidelidade que distribui pontos ao recompensar comportamento e consumo responsáveis. Os pontos podem ser acumulados com consumo sustentável, consumo local, produtos orgânicos, comércio justo, compras de produtos e serviços ecologicamente eficientes e reciclagem.”

(Rodrigues e Neuman, 2021, pág. 22)

Segundo Van Sambeek e Kampers (2004, *apud* Seyfang, 2006), os pontos circulam em um sistema fechado e os dados são alimentados pelas próprias lojas participantes – que aceitam o cartão - para uma central de contas. Ao final do piloto, em outubro de 2003, mais de 10.000 famílias possuíam o cartão eletrônico, mais de 100 lojas participavam do programa e cerca de 1,5 milhões de pontos haviam sido distribuídos.

Dado o propósito da NU, Seyfang (2006) afirma que os principais resultados da iniciativa são a recompensa pela compra em empresas locais e redução de pegadas ambientais. Os pontos são trocados por passagens em transportes públicos, ingressos de cinema, bens sustentáveis ou mesmo doados para a caridade. Dessa forma, ocorre o incentivo à mudança positiva e “verde” de comportamento da sociedade, ao mesmo tempo que beneficia empresas locais e permite o alcance das metas governamentais.

Ao mesmo tempo, Seyfang (2006) apresenta que, no entanto, a moeda não impacta em *community-building*, como acontece nos sistemas LETS, por exemplo, em que havia clubes de troca voltados para a comunidade e que norteavam suas ações e estreitava os laços sociais. No caso da NU, o mecanismo é individualista, o efeito é sentido a partir do

momento que o indivíduo toma a decisão de consumo. Ainda assim, Seyfang (2006) aponta que a NU desempenha um papel na canalização da ação coletiva por meio do setor público.

Além do incentivo ao transporte público e um consumo mais ecológico, Seyfang (2006) também argumenta que a NU cria instituições de troca ao inverter a lógica do mercado. Ou seja, ao recompensar o consumo/comportamento verde, a NU altera preços relativos, tornando os bens sustentáveis mais atrativos do que os bens que o mercado incentiva o consumo – bens insustentáveis, mas de menor custo.

3. MARICÁ E A MUMBUCA

Nesse capítulo, será abordada uma das mais bem sucedidas experiências de moeda social em vigência do Brasil e do mundo em termos de gestão e alcance: a Mumbuca, no município de Maricá, localizado na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

3.1 MARICÁ E O BANCO MUMBUCA

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Maricá é um município de mais de 360,500 km² e, em 2021, tinha uma população estimada em cerca de 167.668 habitantes. Coutinho (2020, *apud* Silva e Pereira, 2022) apontam que Maricá está localizado de frente para um dos maiores campos de produção de petróleo e gás natural do Brasil, a Bacia de Santos, o que concede ao território a distribuição de *royalties* de petróleo desde 2015, favorecendo o orçamento municipal. Com base em dados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), Neuman (2021) destaca que Maricá é a cidade mais beneficiada do país com a exploração do petróleo e gás na Bacia de Santos, com repasses que passaram de R\$ 2 bilhões em 2020.

De 2009 a 2016, Maricá teve o Prefeito do Partido dos Trabalhadores (PT) Washington Siqueira Quaqué a frente da Prefeitura do município, e logo em 2011, ainda em seu primeiro mandato, Quaqué teve uma aproximação com o município de Silva Jardim no Rio de Janeiro, também gerido por um representante do PT, e que, do período de 2010 a 2013, deu vida a um projeto de finanças solidárias com da fundação do segundo Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) do Brasil a partir de Lei Municipal, o Banco Capivari – o primeiro BCD por lei municipal foi o Banco Palmas, de Fortaleza, em 1998, também usado como inspiração para o projeto de Maricá. Essas iniciativas chamaram atenção de diversas representatividades políticas do Rio de Janeiro, incluindo Quaqué.

Os BCDs são uma prática de economia solidária e configuram-se como:

“[...] dispositivos que visam estimular e fortalecer circuitos monetários complementares, restritos a um determinado espaço de circulação, possibilitando alternativas ao sistema de crédito tradicional.”

(Silva e Pereira, 2022, pág. 167).

Ademais, são uma importante ferramenta para o estabelecimento de moeda social, para a disponibilização de recursos financeiros e para a execução de programas sociais à nível local. Proporcionam inclusão bancária e financeira, democratizam o acesso à crédito e conseguem gerar e distribuir riqueza dentro do município.³

Segundo Silva e Pereira (2022), os BCDs não exploram comercialmente o dinheiro, e por isso não são classificados como instituições financeiras, mas sim estão fundamentados em princípios de confiança, proximidade e solidariedade, valores esses que, historicamente, mostraram-se pioneiros e até fundamentais na adoção de uma moeda social.

A partir do contato estreitado entre Maricá e Silva Jardim, surgiu a ideia para o Banco Mumbuca. Essa aproximação e interesse de Maricá com as experiências vizinhas deu-se principalmente pelo fato de que uma pesquisa realizada pela Prefeitura em 2012 revelou que pelo menos 12 mil famílias viviam em condições de extrema pobreza na cidade e/ou com uma renda mensal menor que um salário mínimo.⁴ Segundo Manuela Mello, presidente do Banco Mumbuca, uma das condições impostas pela prefeitura era de que o dinheiro do benefício só circulasse dentro da cidade.⁵

Com a reeleição de Quaqué em 2012, foi possível dar continuidade ao projeto idealizado e, pela Lei Municipal nº 2.448, foi instaurada, em 26 de junho de 2013, a criação do Banco Comunitário Mumbuca e a moeda social Mumbuca (M\$) no município, instituindo ainda o “Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social” (PMEPS) de Maricá.

Segundo Silva e Pereira (2022), esse programa tem por objetivo o combate as desigualdades sociais e pobreza extrema; e a potencialização do uso de recursos públicos para a geração de emprego e renda em Maricá. O Banco Mumbuca seria o agente operacional da moeda social do município, sendo meio principal de sua injeção na sociedade.

³ Ver: <https://valorinveste.globo.com/produtos/servicos-financeiros/noticia/2022/05/17/sai-o-real-entra-a-moeda-social-economia-solidaria-e-aposta-para-enfrentar-desigualdade.ghtml>

⁴ Ver: <https://exame.com/economia/anti-pobreza-Mumbuca-e-1a-moeda-social-eletronica-do-brasil/>

⁵ Ver: <https://valorinveste.globo.com/produtos/servicos-financeiros/noticia/2022/05/17/sai-o-real-entra-a-moeda-social-economia-solidaria-e-aposta-para-enfrentar-desigualdade.ghtml>

3.2 A MUMBUCA: ESTRUTURA E DIFICULDADES INICIAIS

A moeda social Mumbuca é uma política pública, ou seja, antes de tudo, é importante salientar que a moeda foi criada a partir de uma iniciativa governamental, diferentemente de outros projetos de moedas sociais, como já apresentado neste trabalho, que se originaram de ações populares e, em sua maioria, com grande relutância das instituições públicas ou com um apoio reduzido. De acordo com Pereira *et al.* (2020, *apud* Neuman, 2021), não havia registro de organizações partindo da sociedade pautando propostas como a Mumbuca em Maricá na época que o projeto foi iniciado.

Como exposto durante o capítulo 2, as moedas surgidas por iniciativa popular demandam muita confiança da comunidade entre si, o que se mostrou pouco sustentável ao longo do tempo sem o apoio de entes governamentais, e também é um fator limitante para a circulação da moeda. Ter sido uma iniciativa pública - que tem tido continuidade mesmo com trocas de governo - é um dos fatores capazes de explicar o sucesso da Mumbuca, uma vez que passada a desconfiança inicial, as estratégias de marketing para a divulgação da política começam a ter mais credibilidade e a fazer efeito no nível de confiança das pessoas.

Faria (2018, *apud* Neuman, 2021) destaca que havia bastante desconfiança por parte da população de que o projeto seria apenas mais uma promessa de campanha para a reeleição de Quaqué, ou mesmo que os comerciantes que logo aderiram à Mumbuca estariam recebendo cargos na prefeitura. Dessa forma, até 2015, embora já fosse alta a adesão da população, havia pouco mais de 100 estabelecimentos aceitando a moeda como forma de pagamento.

A Mumbuca, no caso de Maricá, enquadra-se, nos dias de hoje, no programa nacional conhecido como Programa de Renda Básica de Cidadania (RBC), que é uma das maiores iniciativas de inclusão social do Brasil. Desde 2004, criada pelo ex-senador Eduardo Suplicy e sancionada pelo então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, o país possui uma Lei Federal (Nº 10.835/2004) que institui a obrigatoriedade de uma Renda Básica de Cidadania em todo o território nacional. No entanto, Maricá é um dos únicos municípios do país a estar em conformidade com a lei, que no Art. 1 diz:

“É instituída, a partir de 2005, a renda básica de cidadania, que se constituirá no direito de todos os brasileiros residentes no País e estrangeiros residentes há pelo menos 5 (cinco) anos no Brasil,

não importando sua condição socioeconômica, receberem, anualmente, um benefício monetário.”

Porém, antes de tornar-se o maior programa de RBC da América Latina, em 2019, esse projeto de política pública passou por diversas reformulações legais ao longo dos anos, acoplando outros programas de transferência de renda, aumentando o montante transferido à população apta a receber a moeda e também ampliando gradualmente a quantidade de beneficiários, que hoje é cerca de 25% da população de Maricá, mas que pretende abarcar todos os habitantes de forma gradual.

Com base em Silva e Pereira (2022), o início da circulação da Mumbuca foi em 2013 a partir do chamado programa de “Renda Mínima Mumbuca” (RMM), que transferia mensalmente M\$70 Mumbucas (M\$1 = R\$1) a famílias de renda familiar na faixa de um salário mínimo e que estivessem inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Além disso, segundo Waltenberg (2020), outras condicionalidades eram seguidas, como comprovação de vacina e matrícula na rede estadual e municipal dos dependentes dos beneficiários. Cerca de 400 famílias receberam o benefício, que era pretendido a circular internamente e estimular o comércio da cidade.

Dois anos depois, ainda com base em Silva e Pereira (2022), em 2015, duas novas leis remodelaram a RMM. Uma das Leis (Nº 2.652/2015) criou novas modalidades para públicos específicos (Renda Mínima Gestante e Renda Mínima Jovem Solidário)⁶; aumentou o benefício de M\$70 para R\$85 Mumbucas; e também passou a aderir famílias com renda familiar de até três salários mínimos e não mais um salário mínimo. A outra Lei (Nº 2.641/2015) criou o programa da RBC, estabelecendo a transferência adicional de M\$10 Mumbucas aos, agora, 14 mil beneficiários da RMM. Nessa remodelação, muitas condicionalidades foram retiradas, mantendo-se a de renda e residência em Maricá.

Em 2017, houve novas remodelações no programa, como o aumento do benefício RMM de M\$85 para M\$110 e da RBC de M\$10 para M\$20 Mumbucas. Além disso, estabeleceram o Mumbuca Indígena, que transferia M\$300 aos indígenas das aldeias de Maricá. (Silva e Pereira, 2022).

⁶ A Renda Mínima Gestante estabelecia um valor de 85 Mumbucas para mulheres gestantes do período de gestação até que o bebê complete um ano de idade. E o Renda Mínima Jovem Solidário oferecia 100 Mumbucas a pessoas entre 14 e 29 anos de idade. (Silva e Pereira, 2022).

Durante esse período (2013-2017), Faria *et al.* (2019, *apud* Silva e Pereira, 2022) também destacam que a Mumbuca circulava de forma 100% eletrônica por meio de cartão magnético e que os estabelecimentos que aceitavam a moeda possuíam a “maquininha” para as transações. No entanto, uma das dificuldades com a implementação da Mumbuca nesse quesito é que a empresa por trás da tecnologia recebia uma taxa de 3% por transação, o que causava um escoamento do dinheiro dos comércios locais para a empresa e, conseqüentemente, para fora do município. Além disso, os comerciantes só conseguiam resgatar as vendas em Mumbucas em reais e ao final de cada mês.

Isso também explica a baixa adesão inicial por parte dos comerciantes da cidade. Como dito anteriormente, até 2017, havia apenas pouco mais de 100 estabelecimentos aceitando a Mumbuca. Segundo Silva e Pereira (2022), a prefeitura já vinha buscando novas formas de concretizar as transações via moeda social, e em 2018 o projeto passou a contar com a plataforma digital E-Dinheiro para suas transferências de renda e atos de compra e venda, tornando a Mumbuca uma moeda digital, o que, como apresentado na “Tabela 1: Vantagens e Desvantagens na adoção de Moeda Social” no primeiro capítulo deste trabalho, é considerado uma desvantagem (ou pelo menos uma dificuldade) por autores pela complexidade envolvida no desenvolvimento, gerenciamento e transição para um aplicativo como este. Até mesmo por isso, foi mantido também o uso físico (em cartão magnético) da moeda.

A plataforma passou a ser de propriedade da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC) e Sanches *et al.* (2022, *apud* Silva e Pereira, 2023) apresentam que por volta de 2020, mais de 130 mil usuários e mais de 13 mil empresas de mais de 60 BCDs diferentes estavam cadastradas no aplicativo e movimentavam mais de R\$1 bilhão, o que mostra a dificuldade e desafios de gerenciamento de um aplicativo como este.

A correlação entre a adoção da plataforma E-Dinheiro e a maior adesão por parte de estabelecimentos comerciais e autônomos em Maricá parece clara. Segundo Neumann (2021) em 2018, eram 170 estabelecimentos cadastrados; quantidade que passou para cerca de 2.600 em 2019 e chegou a 10.000 em 2021. Ou seja, o número começa a crescer quando a moeda passa a ser digital através do uso do aplicativo E-Dinheiro, que facilitou tanto a forma de cadastramento quanto o recebimento das Mumbucas. Rodrigues e Neuman (2021) apontam que, até outubro de 2020, setores de alimentação, varejo, serviços, farmácia, material de construção e vestuário representam 80% dos estabelecimentos cadastrados.

A plataforma E-Dinheiro, disponível em território nacional para diversos BCDs, recolhe 2% do valor das transações. No entanto, 1% é revertido para a *fintech* que gerencia o aplicativo e o outro 1% é revertido para o BCD. No caso de Maricá, Rodrigues e Neumann (2021) apontam que a operação da plataforma também é custeada pela Prefeitura, ou seja, os 2% arrecadados vão para o Banco Mumbuca, retroalimentando o sistema. Em certo ponto, o volume de transações em Mumbuca passou a ser suficiente para o BCD ser capaz de prover 60% em linhas de crédito, algumas até mesmo a juro zero e os demais 40% são utilizados em outros programas sociais. Dessa forma, o Banco Mumbuca também foi se consolidando junto com a moeda social. (Silva e Pereira, 2022)

Importante destacar também que no modelo anterior à moeda digital, ou seja, antes de 2018, os comerciantes recebiam as transações em suas contas bancárias não em Mumbucas, mas em reais. Dessa forma, a moeda transacionada não era “reutilizada”. Com o E-Dinheiro esse cenário muda. Os comerciantes passam a receber em Mumbucas em suas contas na plataforma e passam a poder reutilizar a moeda caso queiram, aumentando assim o volume da circulação da Mumbuca no município. (Rodrigues e Neumann, 2021)

Em 2019, uma nova reformulação na política pública foi proposta. “Com a nova tecnologia disponível, a política de transferência de renda de Maricá foi alterada pela Lei nº 2.869/2019, sendo incorporados ao RBC todos os demais programas (RMM, Jovem Solidário e Gestante), com exceção do Mumbuca Indígena. O novo programa, após grande campanha de cadastramento, terminou 2019 com 42.501 beneficiários (cerca de um quarto da população municipal), sem exigências de condicionalidades.” (Silva e Pereira, 2022, pág. 174)

Além disso, com a unificação, o programa passou a adotar o conceito de transferência por pessoa e não mais por família. Dessa forma, todos os membros de uma família recebiam, cada, um total de M\$130 mensais.

Rodrigues e Neumann (2021) apresentam que, por causa de algumas das particularidades da Mumbuca, como ser uma moeda de iniciativa governamental e 100% digital, em relação a outras moedas sociais (a exemplo das apresentadas no capítulo 2 deste trabalho), ela possa ser classificada como uma nova geração de moedas sociais com base nos modelos de Blanc (2011), geração essa que absorve na moeda social novas funções e objetivos de política pública.

3.3 INFLUÊNCIA DA MUMBUCA PRÉ E PÓS-PANDEMIA NA POBREZA E DESIGUALDADE DE MARICÁ

A distribuição de renda a partir da Mumbuca iniciou-se como uma política focalizada na população mais pobre pois, como já dito anteriormente, tinha como objetivo “[...] o combate às desigualdades sociais e o fomento ao desenvolvimento econômico e social das comunidades, buscando erradicar a pobreza e gerar emprego e renda para as camadas carentes do município.” (Waltenberg, *et al.*, 2020, pág. 13).

Com esses objetivos no horizonte, não é difícil compreender o porquê de a política ter sido iniciada com foco na população mais carente. Daniel Duque (2020) afirma que o efeito marginal sobre a queda na desigualdade de um programa centrado nos mais pobres é maior do que em um programa universal de mesmo orçamento.

“[...] se, com R\$10,00, você dá tudo para os mais pobres, a desigualdade destes com os mais ricos cairá mais do que se você repartir esse recurso entre todos.”

(Daniel Duque, 2020, pág. 302)

É sabido que, graças a verba orçamentária do petróleo e gás, a Mumbuca não é a única iniciativa pública voltada para o desenvolvimento local e redução de desigualdade e pobreza em Maricá. Existem outros programas de economia solidária em vigência nos dias atuais que complementam e agregam nos efeitos positivos da circulação da moeda social.

Apesar disso, o impacto da Mumbuca é sentido diariamente pela população. Muitos relatos, tanto de beneficiários e comerciantes, quanto dos responsáveis pela política pública retratam a mudança que a Mumbuca teve na qualidade de vida das pessoas do município a partir da distribuição de renda e o quanto a política favoreceu, especialmente, o desenvolvimento do comércio local.

Em entrevista, Rodrigues e Neumann (2021) captaram relatos interessantes da Secretária de Economia Solidária e da presidente do Banco Mumbuca, Rebeca Azevedo e Manuela Mello, respectivamente:

“Eu vejo que a cidade está muito mais desenvolvida do que antes, possui muito mais comércios, os comércios são muito mais ativos e aí nesse sentido eu vejo que a população maricaense está mais participativa no comércio e desenvolvimento da cidade. E, por

outro momento, eu acredito que, assim, numa cidade pequena, os comércios mais valorizados eram comércios que vinham de fora. E os pequenos comerciantes locais, a gente não via tanta atenção. Hoje eu já consigo ver que coexistem, com esse grande comércio, porém eu consigo ver a ascensão da população de Maricá nesse comércio, nesse desenvolvimento.”

(Azevedo, entrevista, *apud* Rodrigues e Neumann, 2021, pág. 59)

“[As mudanças] são bastante nítidas até. Hoje a gente tem mais pessoas aceitando a moeda Mumbuca em seus comércios do que aceitando cartão de crédito e débito. Então, isso já é um marco muito bom. Agora, mudança, assim, física que a gente consegue perceber, a gente tem alguns comércios que aceitam a moeda e que começaram aceitando a moeda sendo uma salinha com uma única porta. E hoje eles são três salas ou eles são uma esquina inteira. Alguns se tornaram até um galpão. Então, e isso é uma coisa que a gente consegue ver e a gente consegue identificar que foi por conta da circulação da moeda, não só porque esses comerciantes chegaram a tomar o crédito aqui no banco, mas também porque se você faz a média de faturamento que eles tinham, quando eles começaram a aceitar, para a média de faturamento que eles [têm] agora, ela praticamente triplicou.”

(Mello, entrevista, *apud* Rodrigues e Neumann, 2021, pág. 59)

Um exemplo que retrata bem o relato da presidente e é apresentado por Freitas e Egydio (2014) é o do Mercado Jolumar, que após aderir a Mumbuca foi capaz de ampliar o espaço físico do mercado e a partir disso pôde ofertar mais as mercadorias de maior demanda e inaugurar um açougue. Com essa ampliação, a demanda cresceu e foi preciso, ainda, abrir duas novas vagas de emprego no mercado.

Tabela 1 - Vendas Mensais no Mercadinho Jolumar

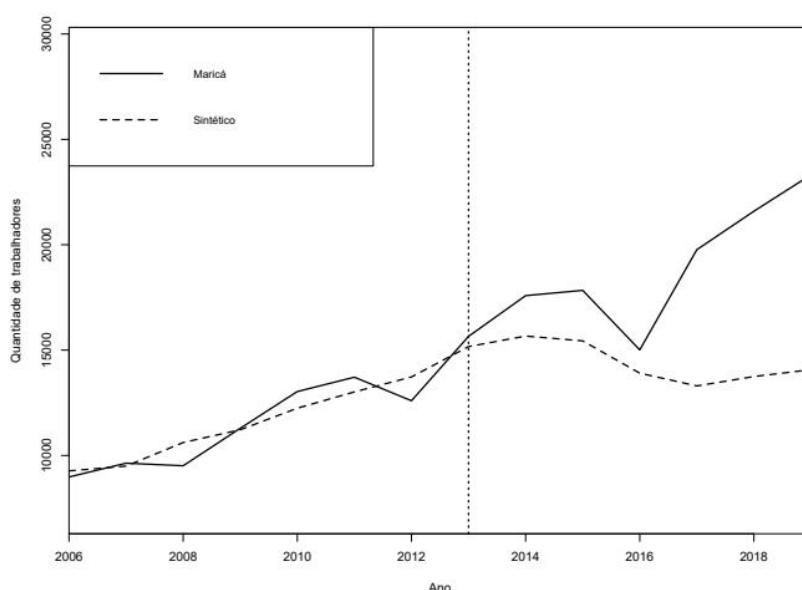
MESES	Qtd. Vendida pelo mercado em mumbucas (R\$)	Total de mumbucas comercializadas no mês	% no mercado de mumbucas
Janeiro	R\$ 1.686,68	R\$ 10.874,18	15,5%
Fevereiro	R\$ 25.840,88	R\$ 95.427,22	27,1%
Março	R\$ 45.126,35	R\$ 183.735,17	24,6%
Abril	R\$ 68.821,14	R\$ 293.512,51	23,4%
Maio	R\$ 125.500,85	R\$ 467.730,00	26,8%
Junho	R\$ 149.688,36	R\$ 548.009,31	27,3%
TOTAL	R\$ 416.664,26	R\$ 1.599.288,39	26,1%

Fonte: Freitas e Egydio (2014). 1º Relatório de Atividades do Instituto Palmas

É notório, a partir da tabela acima, o quanto as vendas do mercadinho tiveram impacto da Mumbuca. Apenas em um período de 6 meses, a receita, na moeda social, cresceu mais de 8770%.

Pero e Lima (2020) reforçam que programas de transferência de renda como o de Maricá tem por objetivo a redução da pobreza, de desigualdades econômicas e de fortalecer o mercado de trabalho. Maricá caminhou fora da curva dos demais municípios e do estado do Rio de Janeiro quando o assunto é emprego. Como mostrado anteriormente com o exemplo do Mercadinho Jolumar - que não representa um caso isolado -, vagas formais foram geradas com a consolidação da moeda social e consequente desenvolvimento do comércio local.

Gráfico 1 - Número de Trabalhadores Formais Ativos, 2006-2019



Fonte: Pero e Lima (2020)

O gráfico acima apresentado pelos autores compara, usando o método de controle sintético de Abadie, Diamond e Hainmuller (2010), a evolução do emprego formal em Maricá, pré e pós a implementação da moeda social no município, frente a um compilado de outras 52 cidades do estado do Rio de Janeiro com mais de 30 mil habitantes que não têm uma política como a Mumbuca em curso.

“[O gráfico] mostra a trajetória do número de trabalhadores empregados formalmente em Maricá em contraste com o controle sintético construído a partir dos outros municípios do Rio de

Janeiro. O controle sintético reproduz a trajetória de Maricá de maneira ajustada, como era esperado durante o período pré tratamento. A partir de 2013 é possível observar que a quantidade de trabalhadores em Maricá supera a quantidade de trabalhadores na ausência do tratamento, ou seja, existe um efeito do tratamento sobre a unidade tratada. A maior diferença se dá a partir de 2016 quando a Renda Básica passa a complementar o programa de Renda Mínima.”

(Pero e Lima, 2020, pág. 7)

Segundo os resultados do estudo, Maricá teve uma média de 4.829 empregos formais a mais no período apresentado (2006-2019) do que teria sem a moeda social e as políticas implementadas a partir dela. Ou seja, a partir da Mumbuca em 2013, houve um claro efeito positivo sobre o número de trabalhadores formais no município.⁷

Souza (2019), por exemplo, apresenta dados coletados em pesquisa de campo⁸ em Maricá nos meses de janeiro e maio de 2018 com 22 estabelecimentos comerciais que aceitam a moeda social como forma de pagamento por seus produtos. Pelos resultados obtidos, 24% dos empresários afirmaram ter contratado novos trabalhadores com a circulação da Mumbuca.

Tratando-se da influência nos beneficiários diretos da moeda, um exemplo retratado em matéria⁹ no ano de 2023, traz um depoimento que mostra a importância dessa política no combate às condições de pobreza vivenciada por uma família. Dona Léa, moradora de Maricá, vive com o marido e um de seus netos e afirma que a renda da Mumbuca trouxe fartura ao prato de comida de sua família. Além disso, com o benefício, ela foi capaz de abrir um pequeno comércio que lhe rende até mil reais por mês. Dona Léa contou ainda que:

"Faltavam as coisas em casa, já ficamos sem comer para dar às crianças. Meu filho morreu e deixou três netos comigo, hoje só

⁷ “Por conta da diversidade das políticas implementadas na cidade em um espaço relativamente curto de tempo, é difícil precisar qual foi a importância relativa de cada política, mas de fato os dados indicam que o conjunto de políticas de transferência de renda iniciado em 2013 é responsável pelos resultados observados no mercado de trabalho.” (Pero e Lima, 2020, pág. 11)

⁸ Com base em teorias monetárias heterodoxas (circuitistas e pós-keynesianas como principais fundamentos no trabalho apresentado), “[...] a criação de meios monetários em localidades com capacidade ociosa deve estimular algum nível de atividade econômica, seja ele a nível comunitário ou empresarial.” (Souza, 2019, pág. 125)

⁹ Ver: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2023/03/16/a-cidade-que-distribui-dinheiro-petroleo-e-moeda-social-combatem-pobreza.htm>

mora um, mas não tínhamos como comprar legumes e carne. Agora, posso ir ao mercado e comprar essas e outras coisas.”

Um outro depoimento de uma moradora dado à BBC News Brasil relata algo parecido¹⁰. Kátia Antunes é beneficiária da Mumbuca desde 2014 e mora com o filho autista. Ela passou por todas as fases de reformulação da moeda, e viu essa renda crescer de M\$70 para M\$400 nos dias atuais (2023), em que o benefício é de M\$200 por pessoa da família. Segundo ela, até o início de 2020, em que o valor chegava a M\$260, o cartão era usado para necessidades básicas, como gás de cozinha, frutas e carnes, e assim era possível que ela e o filho tivessem uma alimentação melhor.

Na pesquisa de Souza (2019) também foram coletados dados em questionário com 34 beneficiários da Mumbuca. Os resultados indicaram que todos tiveram aumento em seu poder de compra e para 21% dos beneficiários, esse aumento foi de mais de 40% depois que passou a receber a moeda social.

A matéria da BBC também relata famílias com dificuldade em ter o benefício. Um dos casos apresentados é de uma moradora que veio da Bahia – tentando fugir da fome em sua cidade - há mais de cinco anos, mas não consegue comprovar que reside em Maricá há mais de três anos, como pede um dos requisitos para receber o benefício. Maria Aparecida dos Santos mora com suas duas filhas e com isso teria direito a receber, na época da entrevista, M\$390, o que, segundo ela, seria fundamental para garantir a alimentação básica da família, já que a mesma vivia com apenas um salário mínimo e pagava um aluguel de R\$400. Nos dias atuais, o benefício para a sua família chega a R\$600 em Mumbucas, que pode ainda ser cumulativa com outras políticas de renda municipais e federais.

A pandemia do COVID-19, que atingiu o Brasil no final do primeiro trimestre de 2020, exigiu que as autoridades incentivassem medidas como o isolamento social para reduzir a circulação do coronavírus. Isso, inevitavelmente, trouxe consequências para os setores da indústria, de serviços e do comércio o que, logicamente, gerou consequências no mercado de trabalho.

A partir desse cenário de crise, foi colocado em voga nacional e mundialmente no âmbito político, social e econômico, o debate sobre transferências de renda e proteção dos grupos sociais mais vulneráveis financeiramente diante da iminente crise sanitária e

¹⁰ Ver: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51114636>

de modo geral em contextos de normalidade, uma vez que, com a paralisação do mercado e consequente aumento do desemprego, parte da população viu-se desamparada, perdendo renda, ficando mais pobre e, a sociedade, cada vez mais desigual.

Segundo Freitas (2019), proteger grupos marginalizados por meio de benefícios não contributivos é essencial para preservar o tecido social e o bom funcionamento da economia, uma vez que, sem isso, externalidades negativas - como aumento da criminalidade - podem ser geradas por esses grupos, afetando toda a sociedade.

Dentro desse contexto instável e incerto, no entanto, o município tratado neste capítulo, Maricá, pareceu caminhar à frente do Brasil e de muitos lugares do mundo em meio à crise. Graças à política pública da moeda social, implementada na região há anos, e toda a sua estrutura, antes mesmo da garantia de um auxílio financeiro prestado pelo governo federal durante a pandemia, Maricá já contava com mais de 42 mil famílias recebendo 130 Mumbucas por pessoa, que a partir de maio de 2020 (estritamente por conta da pandemia), passaram a ser 300 Mumbucas até novembro de 2021. Segundo Waltenberg (2020), a partir dessas políticas pré-existentes e com o aumento do valor do benefício, foi possível prover mais recursos para a população mais pobre, que não ficou desamparada na crise.

Além disso, outras medidas de combate aos efeitos da pandemia precisaram ser tomadas. Além de conceber milhões em créditos para empresas, Maricá criou dois programas emergenciais adicionais ao RBC que atingiu cerca de 20 mil pessoas para além das já beneficiadas: o PAT (Programa de Amparo ao Trabalhador) e o PAE (Programa de Amparo ao Emprego). Esse primeiro tratou-se de uma transferência no valor de um salário mínimo (em Mumbucas) a trabalhadores autônomos formais ou informais. O segundo benefício, também no valor de um salário mínimo, teve o propósito de desincentivar demissões em massas, pagando esse montante aos trabalhadores formais de empresas com até 50 funcionários, o que corresponde a 90% do total na cidade. Segundo dados do Banco Mumbuca, esses três programas foram capazes de fazer circular na economia de Maricá mais de R\$320 milhões em 2020, sendo 75% desse valor, gasto nos estabelecimentos cadastrados para receber pagamento em Mumbuca. (Rodrigues e Neumann, 2021; Da Cruz, 2021)

Da Cruz (2021) aponta que com essas medidas, Maricá teve resultados neutros e/ou positivos na taxa de desemprego em 2020, mantendo cerca de 2.000 empregos

formais e centenas de empresas abertas. No que tange ao mercado informal, a variação anual de Maricá foi menor que a estado do Rio de Janeiro e do país, sendo -0.4%, -5% e -2,9%, respectivamente. “Ademais, a arrecadação de impostos municipais (ICMS e ISS) cresceu em torno de 15% nos meses de maio e junho de 2020, demonstrando a consistência de consumo da população mesmo durante a crise. Para além disso, dados do CAGED informam que Maricá foi um dos poucos municípios do Rio de Janeiro em que o número de empregos formais cresceu entre março e julho de 2020, no auge da pandemia.” (Da Cruz, 2021, pág. 19)

Ou seja, mesmo em meio a crise, Maricá foi rapidamente capaz de prover proteção para boa parte de sua população e manter em bons níveis o grau de atividade econômica do município em função das políticas pré-existentes, incluindo a circulação da moeda social.

Com a estabilização da crise sanitária, em 2022 o benefício por pessoa foi reajustado para M\$170 e em janeiro de 2023 teve novo reajuste para o valor de M\$200. Pesquisadores do Instituto Jain Family Institute (JFI), que se juntaram à pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF) para avaliar os impactos sociais e econômicos do programa sugeriram, em 2020, que o valor de M\$130 teria um impacto relevante na vida dos habitantes, uma vez que a linha da pobreza no Brasil era de R\$178¹¹ na época. O benefício de R\$200 em Mumbucas ultrapassa a linha da extrema pobreza, de R\$182,82¹², a preços de 2021.

¹¹ Ver: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51114636>

¹² Ver: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/02/02/pobreza-social-bate-recorde-e-atinge-646-milhoes-de-brasileiros-durante-pandemia-diz-estudo.ghtml>

CONCLUSÃO

As primeiras amostras oficiais de moedas sociais surgiram como iniciativas populares visando criar uma alternativa que complementasse o excludente Sistema Monetário Tradicional, especialmente em momentos de crise. Elas foram pensadas, de modo geral, para democratizar o acesso à bens e serviços, promover inclusão social, combater a pobreza e desenvolver a atividade econômica da cidade. Além disso, podem ser capazes de fortalecer o espírito comunitário entre os membros do sistema.

As moedas sociais têm como uma de suas principais características a circulação restrita à sua área de criação, o que é um fator limitante em muitos sentidos, mas que também é fundamental para promover algum grau de desenvolvimento interno, visto que o propósito é que ela seja gasta apenas em estabelecimentos da cidade – evitando escoamento da riqueza da região para fora da comunidade - e sem a possibilidade de entesouramento por longos períodos de tempo. Dado isso, moedas sociais não podem cumprir duas das principais funções de uma moeda tradicional: ser unidade de conta e ser reserva de valor. Dessa forma, só é possível que a mesma seja uma complementação ao sistema e não uma substituta da moeda oficial da região.

Dentre as vantagens na adoção, além do fator econômico de desenvolvimento do mercado interno, o lado social – que dita o nome do sistema – é muito presente: na maior parte dos casos apresentados neste trabalho há relatos de fortalecimento dos laços entre a comunidade e da identidade local pós adoção de uma moeda social. Especialmente nos casos em que a moeda é uma iniciativa popular, valores como confiança, solidariedade e espírito de comunidade, tornam-se fundamentais para manter o funcionamento do sistema.

Desde os primeiros casos de moeda social houve evidências de relutância por parte de entes governamentais em apoiar essas iniciativas por receio da perda do monopólio do sistema monetário. Isso, unido aos valores de comunidade – difíceis de serem sustentados à longo prazo -, podem explicar o desuso de algumas moedas, como as do sistema LETS e a Ithaca Hours, apresentadas neste trabalho.

A Mumbuca, em Maricá, mostra-se como um ponto fora da curva nesse sentido, pois foi uma iniciativa governamental desde o princípio, com participação popular apenas *a posteriori* à implantação do que se tornou uma política pública, o que se mostrou um

dos principais diferenciais da Mumbuca para sua sustentação à longo prazo. Apesar dos percalços iniciais em conquistar a população, uma desvantagem para moedas de iniciativa popular não foi uma realidade para o caso da Mumbuca, que são as estratégias de *marketing* e divulgação da moeda. Segundo Neumann (2021), o *site* da prefeitura de Maricá, por exemplo, foi amplamente utilizado para “persuadir” a população em confiar na moeda. Iniciativas que não têm esses recursos acabam enfrentando maiores obstáculos.

Apesar da escassez de dados atualizados e da dificuldade em precisar o impacto específico da moeda social em Maricá devido a outras políticas públicas em prática simultaneamente, relatos de beneficiários – diretos ou indiretos – da Mumbuca e de responsáveis pela sua implantação demonstram o quanto a política vem sendo importante para a melhora na qualidade de vida, na geração de empregos para a população e também no combate à pobreza e desigualdade.

Por ainda ser um programa focalizado, como apresenta Daniel Duque (2020), a influência sobre a desigualdade deve ser sentida pelo efeito marginal de transferências de renda para a população mais pobre. Além disso, como mostrado, o valor atual distribuído em Mumbucas na cidade chega a R\$200 por pessoa de uma família de renda mensal familiar inferior a três salários mínimos. Antes mesmo de chegar a essa quantia, que hoje ultrapassa a linha da extrema pobreza de 2021, Waltenberg (2020) afirmava que o impacto sobre a vida dos habitantes seria relevante.

Portanto, há evidências de que a implementação da Mumbuca em Maricá apresenta efeitos positivos sobre a vida da população, tanto no pré-pandemia quanto durante e depois. Sua característica, até então, de uma política focalizada tem grande potencial de redução na desigualdade social da cidade, assim como já demonstra relevância na redução da pobreza local.

REFERÊNCIAS

- ABADIE, A.; DIAMOND, A.; HAINMUELLER, J. *Synthetic control methods for comparative case studies: Estimating the effect of california's tobacco control program*. Journal of the American statistical Association, Taylor & Francis, v. 105, n. 490, p. 493–505, 2010
- ANAFISCO. *Moedas Sociais: Saiba como funciona a economia alternativa no Brasil*. Anafisco, 2020. Disponível em: <https://anafisco.org.br/moedas-sociais-saiba-como-funciona-a-economia-alternativa-no-brasil/>. Acesso em: 19/01/2023.
- BELLIDO, J.M. (2020, May 20). *Social currencies: new challenges for local economy*. Bankia
- BLANC, Jérôme. *Classifying “CC”: Community, complementary and local currencies types and generations*. International Journal of Community Currency Research, vol. 15, 2011.
- BRASIL. Lei Nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004. Institui a renda básica de cidadania e dá outras providências. Brasília, DF, Casa Civil, 2004.
- BÚRIGO, Fábio. *Moeda social e a circulação das riquezas na economia solidária*. 2001. 21 f. Pós-Graduação - Análise Sócio-Política do Sistema Financeiro no Capitalismo Contemporâneo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- CARDONA, Elena. *The social currency*. 2021. 35 f. Tese (Bacharel) - Finanças e Contabilidade, Universitat Jaume I, Espanha, 2021.
- CARVALHO, Fernando. *et al. Economia Monetária e Financeira: Teoria e Política*. 2ª edição. São Paulo: Campus, 2007.
- COUTINHO, R. B. *Bancos comunitários como estratégia de desenvolvimento local: o caso do Banco Mumbuca*. In: LAGO, L. C.; MELLO, I.; PETRUS, F. (Org.). *Da cooperação na cidade à cidade cooperativa*. Marília: Lutas Anticapital, 2020. p. 235-264.
- DA CRUZ, Beatriz. *A Proteção Social nos Municípios Brasileiros: O caso da Renda Básica de Maricá*. 2021. 25 f. Programa de Iniciação Científica, PIBIC, FGV, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/ric/article/view/86039/81086>. Acesso em: 18/03/2023.
- DOUTHWAITE, R. (1996) *Short Circuit: Strengthening Local Economies for Security in an Unstable World*. Green Books, Totnes.
- DUQUE, Daniel Vasconcelos Archer. *Renda Básica de Cidadania em debate: dilemas, problemas e oportunidades para o Brasil*. In: MATHIAS, João. *Igual-Desigual: História e Economia das desigualdades antes, depois e após a Pandemia*. Rio de Janeiro: Hucitec, 2020, p. 297-312.
- FARIA, Luiz. (2018). *Digitalizações de moedas sociais no Brasil e suas (pré)histórias: tensões e mediações com Estados, mercados e tecnologias*. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

FARIA, Luiz. *et al.* *Digitalização de moedas sociais brasileiras e desafios de governanças comunitárias: os requisitos, os códigos e os dados*. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, Brasília, n. 67, p. 141-154, out. 2019

FREITAS, Fernando. *Renda Básica de Cidadania: Análise comparada da literatura do Brasil, Estados Unidos e Holanda*. 2019. 105 f. Tese (Mestrado) – Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

FREITAS, Henrique; EGYDIO, Olavo. *Programa Moeda Social Mumbuca: Inovação Social, Digital e Econômica*. Projeto Conexão Local, EASP-FGV, 2014. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/relatorio_conexao_local_final_-_mumbuca_henrique_e_olavo.pdf. Acesso em: 17/03/2023.

GÁMEZ, Luna; BAUTISTA, José. *Anti-pobreza, Mumbuca é 1ª moeda social eletrônica do Brasil*. Exame, 2014. Disponível em: <https://exame.com/economia/anti-pobreza-Mumbuca-e-1a-moeda-social-eletronica-do-brasil/>. Acesso em: 18/03/2023.

GLOVER, Paul. *Ithaca Hours: Creating Community Economics with Local Currency*. The Good Society, vol. 7, n. 1, p. 56, 1997.

HIROTA, Yasuyuki. (2012). *Monedas sociales y complementarias (MSCs): Experiencias, su papel en la economía social, estrategias, marketing y políticas públicas*. Valencia, España: Universitat de Valencia.

HIROTA, Yasuyuki. (2019). *Ventajas e inconvenientes del uso de las monedas sociales y complementarias (MSCs): ¿Qué tipo de valores se ofrecen?* International Journal of Community Currency Research. Winter, (23), 48-62.

IBGE. Cidades. Maricá. IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/panorama>. Acesso em: 06/03/2023.

LAACHER, Smaïn. *Les systèmes d'échanges locaux: quelques éléments d'histoire et de sociologie*. Disponível em: <http://www.globonet.org/transversales/generique/58/syst.html.2000>.

LIETAER, Bernard. *Brève histoire des systèmes d'échange local*. Disponível em: <http://www.selidare.org./liste/dpt13/selmar/histosel.htm.2000>.

NEUMANN, Denise. *Mumbuca: moeda social e ou renda básica de cidadania? (As narrativas sobre a moeda social de Maricá/RJ)*. 2021, 46 f. Tese (Mestrado) - Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas (FGV), São Paulo, 2021.

NUNES, Ruth. *A nova economia das redes solidárias*. Doczz, 2023. Disponível em: <https://doczz.com.br/doc/169352/moeda-social>. Acesso em: 14/01/2023.

PEREIRA, Amanda. *et al.* *As políticas públicas de economia solidária no município de Maricá/RJ*. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, n. 70, p. 171-182, set. 2020.

PERO, Valéria; LIMA, João. *Efeitos de Transferências de Renda sobre o Emprego Formal em Maricá*. ANPEC, 2020. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2021/submissao/files_I/i13-937ac03a9a0da3cdde463b44a406be9c.pdf. Acesso em: 17/03/2023.

REYES, Jesús. *Las 10 monedas sociales más interesantes del mundo*. El Magacín, 2023. Disponível em: <https://www.elmagacin.com/las-10-monedas-sociales-mas-interesantes-del-mundo/>. Acesso em: 17/01/2023.

RIGO, Ariádne., et al. *Desafios e potencialidades das moedas complementares: explorando sua utilização e significado para o desenvolvimento*. R. Tecnol. Soc., Curitiba, v. 15, n. 38, p. 303-321, out./dez. 2019.

RIO DE JANEIRO. Lei Nº 2.448, de 26 de junho de 2013. Institui o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá. Município de Maricá, 2013.

_____. Lei Nº 2.641, de 11 de dezembro de 2015. Institui o Programa de Renda Básica de Cidadania – RBC no Município de Maricá. Maricá, RJ: Jornal Oficial de Maricá, 2015.

_____. Lei Nº 2.652, de 15 de dezembro de 2015. Institui o Programa Municipal de Economia Popular e Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Sustentável no Município de Maricá. Maricá, RJ. Jornal Oficial de Maricá, 2015.

RODRIGUES, Danilo; NEUMANN, Denise. *Moeda social e desenvolvimento local em Maricá (RJ)*. 2021. 138 f. Tese (Mestrado) - Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas (FGV), São Paulo, 2021.

SANCHES, Bruno. et al. *De moeda social a criptomoeda: os dilemas da emancipação tecnológica do e-dinheiro*, GVCasos, v. 12, número especial, p. c13, 2022.

SCHREIBER, Mariana. *Cidade do RJ repassa R\$130 mensais para 25% da população e vira laboratório da renda básica*. BBC News Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51114636>. Acesso em: 21/03/2023.

SEYFANG Gill. (2001a) *Community currencies: small change for a green economy*, *Environment and Planning A* 33, 975–996

SEYFANG Gill. (2001c) *Working for the Fenland dollar: an evaluation of Local Exchange Trading Schemes (LETS) as an informal employment strategy to tackle social exclusion*, *Work, Employment and Society* 15(3), 581–593.

SEYFANG, Gill. *Sustainable Consumption, the New Economics and Community Currencies: Developing New Institutions for Environmental Governance*. *Regional Studies*, vol. 40, p. 781-791, October, 2006.

SILVA, Sandro; PEREIRA, Camila. *Finanças solidárias e implementação de políticas sociais: o caso do banco comunitário e da moeda Mumbuca no município de Maricá - RJ*. Mercado de Trabalho, IPEA, Brasília, vol. 74, p. 167-179, outubro 2022.

_____. *Bancos comunitários, moedas sociais e políticas públicas: da experiência pioneira do Banco Palmas (Fortaleza – CE) ao modelo difusor do Banco Mumbuca (Maricá – RJ)*. Texto para Discussão, IPEA, Brasília, vol. 2843, p. 6-37, janeiro 2023.

SINGER, Paul. *Clubes de Trueques y Economia Solidaria*. Trueque. Buenos Aires, Nodo Obelisco-Red Global de Trueque. n.3, ano 2. 1999.

SOUZA, Henrique. *Uma análise do circuito monetário da moeda social Mumbuca*. Revista Econômica – Niterói, v. 21, n. 1, p. 115–137. Junho, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/35156/32998>. Acesso em: 10/03/2023.

TAVARES, Yasmin. *Sai o real, entra a moeda social: economia solidária é aposta para enfrentar desigualdade*. Valor Investe, 2022. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/produtos/servicos-financeiros/noticia/2022/05/17/sai-o-real-entra-a-moeda-social-economia-solidaria-e-aposta-para-enfrentar-desigualdade.ghtml>. Acesso em: 19/03/2023.

VAN SAMBEEK P. and KAMPERS E. (2004) *NU-Spaarpas: The Sustainable Incentive Card*. Stichting Points, Amsterdam.

VICENZO, Giacomo. *Em cidade que distribui dinheiro, petróleo está combatendo a fome*. Ecoa, UOL, 2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2023/03/16/a-cidade-que-distribui-dinheiro-petroleo-e-moeda-social-combatem-pobreza.htm>. Acesso em: 20/03/2023.

WALTENBERG, Fábio. *et al. Resposta à crise da Covid-19 no município de Maricá: Análise preliminar comparativa com medidas tomadas no Brasil e no mundo*. Texto para Discussão, CEDE, Rio de Janeiro, vol. 154, nº4, p. 1-33, junho 2020.

WOLTERS, Kluwer (2020, June 30). *Guías Jurídicas*. Disponível em: https://www.guiasjuridicas.es/Content/Documento.aspx?params=H4sIAAAAAAAAAEAMtMSbF1jTAAAUuLC2NLtbLUouLM_DxbIwNDE0MjQwuQQGZapUtckhlQaptWmJOcSoA-rfFijUAAAA=WKE.

